



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 197, DE 2016 (Da Sra. Jô Moraes e outros)

Inclui o § 19 no art. 166 da Constituição Federal, para determinar que sejam aplicados em ações de Defesa 2% do Produto Interno Bruto (PIB).

### **DESPACHO:**

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### **APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

### **PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** O art. 166 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte alteração:

**Art. 166.** (...)

.....

**§ 19** Serão aplicados em ações de Defesa, no mínimo, dois por cento do produto interno bruto do ano anterior ao envio da proposta orçamentária pelo Presidente da República.

**Art. 2º** A diferença entre o percentual observado no ano de entrada em vigor desta Emenda Constitucional e o percentual mínimo previsto no § 19 do art. 166 será reduzido na razão de um quinto por ano.

**Art. 3º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua promulgação, produzindo efeitos a partir da próxima proposta orçamentária encaminhada ao Congresso Nacional.

## JUSTIFICAÇÃO

O aumento do percentual de aplicação de recursos orçamentários em ações de Defesa dos atuais 1,4% do PIB para 2% PIB justifica-se pela necessidade de se atender aos Objetivos de Defesa Nacional previstos na Política Nacional de Defesa (PND), para que as Forças Armadas possam cumprir suas missões constitucionais da melhor maneira possível.

Utilizando-se como referência o percentual do PIB aplicado em Ações de Defesa por outros países, pode-se constatar que o Brasil é o país dos BRICs (Rússia: 4,47%; Índia: 2,43%; China: 1,99%; África do Sul: 2,43%) e da América do Sul (média de 1,71%) com menor porcentual do PIB para defesa.

De acordo com a PND, os principais Objetivos de Defesa Nacional a serem atingidos pelo país são: promover a estabilidade regional; contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais; projetar o Brasil no concerto das nações e ter maior inserção em processos decisórios internacionais; manter as Forças Armadas modernas; e desenvolver a indústria nacional de defesa.

Para atingir esses objetivos, faz-se necessária a adoção de ações estratégicas no tocante à estabilidade regional, à inserção internacional e à Base

Industrial de Defesa, conforme preconiza a Estratégia Nacional de Defesa (END), já que o Brasil desfruta de uma posição de destaque no concerto das nações.

Dentre as medidas de implementação da END, há que se ressaltar a importância da **regularidade na alocação de recursos orçamentários**, para garantir que não haja flutuação de recursos para o pagamento das despesas assumidas, particularmente com as empresas envolvidas nos Projetos Estratégicos das Forças Armadas.

Nesse sentido, considerando a necessidade de se fortalecer os três setores de importância estratégica (espacial, cibernético e nuclear) e os Projetos Estratégicos das Forças, sugere-se que esses Projetos sejam considerados Projetos Estruturantes, tendo em vista que a END é inseparável da Estratégia Nacional de Desenvolvimento, garantindo, dessa forma, a execução dos mesmos em um Plano Decenal, a ser regulamentado posteriormente.

Cabe ressaltar, também, as prioridades de Defesa Nacional: "Amazônia", com sua biodiversidade, recursos minerais e hídricos; "Amazônia Azul", com suas reservas de petróleo, gás e outros recursos naturais; e "Dimensão Aeroespacial", pela importância da defesa aeroespacial de nossos recursos.

Isto posto, salienta-se a necessidade de emprego de **recursos de Estado** em setores de tecnologia avançada com a finalidade de atender às necessidades de segurança do País.

Assim, para cumprir suas missões, é imprescindível que as Forças Armadas disponham de capacidade de Projeção de Poder e Dissuasão, necessitando, para isso, serem devidamente **adestradas e equipadas** com o que há de mais moderno, em termos de armamento militar, justificando o pleito brasileiro de integrar, como membro permanente, o Conselho de Segurança da ONU.

Também é relevante **investir** em CT&I e reorganizar a Base industrial de Defesa (BID), orientando-a para a obtenção da autonomia em tecnologias indispensáveis e para uso dual da tecnologia adquirida, reduzindo gradativamente a dependência tecnológica do Brasil.

Para que todos esses objetivos sejam atendidos e para que todos os compromissos já assumidos pelo país sejam cumpridos, surge a necessidade de aumento do percentual de aplicação de recursos orçamentários em Ações de Defesa, elevando esse montante em até 2% do PIB, razão pela qual se apresenta a presente proposta de emenda constitucional.

Sala das Sessões, em 23 de março de 2016.

**Deputada JÔ MORAES/PCdoB/MG**

**Deputada BRUNA FURLAN - PSDB/SP      Deputado Carlos Zarattini - PT/SP**

**Deputado Subtenente Gonzaga - PDT/MG**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Serviço de Análise de Proposições - SERAP

( Fones: 3216-1110 / 1111 / 1112 - Fax: 3216-1105 - e-mail: secap.sgm@camara.gov.br )

## CONFERÊNCIA DE ASSINATURAS

(55ª Legislatura 2015-2019)

Página: 1 de 5

**Proposição:** PEC 0197/2016

**Autor da Proposição:** JÔ MORAES E OUTROS

**Data de Apresentação:** 23/03/2016

**Ementa:** Inclui o § 19 no art. 166 da Constituição Federal, para determinar que sejam aplicados em ações de Defesa 2% do Produto Interno Bruto (PIB).

**Possui Assinaturas Suficientes:** SIM

**Totais de Assinaturas:**

|                   |     |
|-------------------|-----|
| Confirmadas       | 195 |
| Não Conferem      | 000 |
| Fora do Exercício | 000 |
| Repetidas         | 008 |
| Ilegíveis         | 000 |
| Retiradas         | 000 |
| Total             | 203 |

### Confirmadas

|    |                      |       |    |
|----|----------------------|-------|----|
| 1  | ABEL MESQUITA JR.    | DEM   | RR |
| 2  | ADELMO CARNEIRO LEÃO | PT    | MG |
| 3  | AELTON FREITAS       | PR    | MG |
| 4  | AFONSO MOTTA         | PDT   | RS |
| 5  | ALAN RICK            | PRB   | AC |
| 6  | ALBERTO FRAGA        | DEM   | DF |
| 7  | ALCEU MOREIRA        | PMDB  | RS |
| 8  | ALEX MANENTE         | PPS   | SP |
| 9  | ALICE PORTUGAL       | PCdoB | BA |
| 10 | ALIEL MACHADO        | REDE  | PR |
| 11 | ANA PERUGINI         | PT    | SP |
| 12 | ANDERSON FERREIRA    | PR    | PE |
| 13 | ANGELA ALBINO        | PCdoB | SC |
| 14 | ANGELIM              | PT    | AC |
| 15 | ANTÔNIO JÁCOME       | PTN   | RN |
| 16 | ARIOSTO HOLANDA      | PDT   | CE |
| 17 | ARLINDO CHINAGLIA    | PT    | SP |
| 18 | ARNALDO FARIA DE SÁ  | PTB   | SP |
| 19 | ARNALDO JORDY        | PPS   | PA |
| 20 | ARNON BEZERRA        | PTB   | CE |
| 21 | ARTHUR OLIVEIRA MAIA | PPS   | BA |
| 22 | ÁTILA LIRA           | PSB   | PI |
| 23 | AUGUSTO CARVALHO     | SD    | DF |

|    |                           |       |    |
|----|---------------------------|-------|----|
| 24 | BENEDITA DA SILVA         | PT    | RJ |
| 25 | BENITO GAMA               | PTB   | BA |
| 26 | BENJAMIN MARANHÃO         | SD    | PB |
| 27 | BILAC PINTO               | PR    | MG |
| 28 | BOHN GASS                 | PT    | RS |
| 29 | BONIFÁCIO DE ANDRADA      | PSDB  | MG |
| 30 | BRUNA FURLAN              | PSDB  | SP |
| 31 | BRUNNY                    | PR    | MG |
| 32 | BRUNO ARAÚJO              | PSDB  | PE |
| 33 | CABO DACIOLO              | PTdoB | RJ |
| 34 | CABO SABINO               | PR    | CE |
| 35 | CAIO NARCIO               | PSDB  | MG |
| 36 | CARLOS EDUARDO CADOCA     | PCdoB | PE |
| 37 | CARLOS HENRIQUE GAGUIM    | PTN   | TO |
| 38 | CARLOS MANATO             | SD    | ES |
| 39 | CARLOS MARUN              | PMDB  | MS |
| 40 | CARLOS MELLES             | DEM   | MG |
| 41 | CARLOS ZARATTINI          | PT    | SP |
| 42 | CARMEN ZANOTTO            | PPS   | SC |
| 43 | CÉLIO SILVEIRA            | PSDB  | GO |
| 44 | CELSO MALDANER            | PMDB  | SC |
| 45 | CÉSAR HALUM               | PRB   | TO |
| 46 | CHICO LOPES               | PCdoB | CE |
| 47 | CHRISTIANE DE SOUZA YARED | PR    | PR |
| 48 | CÍCERO ALMEIDA            | PMDB  | AL |
| 49 | CLEBER VERDE              | PRB   | MA |
| 50 | DAGOBERTO                 | PDT   | MS |
| 51 | DAMIÃO FELICIANO          | PDT   | PB |
| 52 | DANIEL ALMEIDA            | PCdoB | BA |
| 53 | DANIEL COELHO             | PSDB  | PE |
| 54 | DANILO FORTE              | PSB   | CE |
| 55 | DAVIDSON MAGALHÃES        | PCdoB | BA |
| 56 | DELEGADO ÉDER MAURO       | PSD   | PA |
| 57 | DELEGADO EDSON MOREIRA    | PR    | MG |
| 58 | DR. SINVAL MALHEIROS      | PTN   | SP |
| 59 | EDINHO ARAÚJO             | PMDB  | SP |
| 60 | EDUARDO BARBOSA           | PSDB  | MG |
| 61 | EDUARDO CURY              | PSDB  | SP |
| 62 | EFRAIM FILHO              | DEM   | PB |
| 63 | ELIZIANE GAMA             | REDE  | MA |
| 64 | ERIKA KOKAY               | PT    | DF |
| 65 | FÁBIO RAMALHO             | PMDB  | MG |
| 66 | FAUSTO PINATO             | PP    | SP |
| 67 | FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR     | PDT   | BA |
| 68 | FERNANDO COELHO FILHO     | PSB   | PE |
| 69 | FERNANDO JORDÃO           | PMDB  | RJ |
| 70 | FLÁVIA MORAIS             | PDT   | GO |
| 71 | FLAVIO NOGUEIRA           | PDT   | PI |
| 72 | FRANCISCO CHAPADINHA      | PTN   | PA |

|     |                     |       |    |
|-----|---------------------|-------|----|
| 73  | FRANKLIN LIMA       | PP    | MG |
| 74  | GABRIEL GUIMARÃES   | PT    | MG |
| 75  | GENECIAS NORONHA    | SD    | CE |
| 76  | GEOVANIA DE SÁ      | PSDB  | SC |
| 77  | GERALDO RESENDE     | PMDB  | MS |
| 78  | GILBERTO NASCIMENTO | PSC   | SP |
| 79  | GIVALDO CARIMBÃO    | PHS   | AL |
| 80  | GONZAGA PATRIOTA    | PSB   | PE |
| 81  | HELDER SALOMÃO      | PT    | ES |
| 82  | HENRIQUE FONTANA    | PT    | RS |
| 83  | HERÁCLITO FORTES    | PSB   | PI |
| 84  | HERCULANO PASSOS    | PSD   | SP |
| 85  | HUGO MOTTA          | PMDB  | PB |
| 86  | IRAJÁ ABREU         | PSD   | TO |
| 87  | IZALCI              | PSDB  | DF |
| 88  | JAIME MARTINS       | PSD   | MG |
| 89  | JANDIRA FEGHALI     | PCdoB | RJ |
| 90  | JANETE CAPIBERIBE   | PSB   | AP |
| 91  | JHONATAN DE JESUS   | PRB   | RR |
| 92  | JÔ MORAES           | PCdoB | MG |
| 93  | JOÃO CAMPOS         | PRB   | GO |
| 94  | JOÃO DERLY          | REDE  | RS |
| 95  | JOSÉ REINALDO       | PSB   | MA |
| 96  | JOSÉ ROCHA          | PR    | BA |
| 97  | JOSE STÉDILE        | PSB   | RS |
| 98  | JÚLIA MARINHO       | PSC   | PA |
| 99  | JÚLIO DELGADO       | PSB   | MG |
| 100 | KEIKO OTA           | PSB   | SP |
| 101 | LAERTE BESSA        | PR    | DF |
| 102 | LAURA CARNEIRO      | PMDB  | RJ |
| 103 | LÁZARO BOTELHO      | PP    | TO |
| 104 | LEANDRE             | PV    | PR |
| 105 | LEO DE BRITO        | PT    | AC |
| 106 | LEOPOLDO MEYER      | PSB   | PR |
| 107 | LINCOLN PORTELA     | PRB   | MG |
| 108 | LUCIANA SANTOS      | PCdoB | PE |
| 109 | LUCIO VIEIRA LIMA   | PMDB  | BA |
| 110 | LUIZ CARLOS BUSATO  | PTB   | RS |
| 111 | LUIZ CARLOS HAULY   | PSDB  | PR |
| 112 | LUIZ CLÁUDIO        | PR    | RO |
| 113 | LUIZ COUTO          | PT    | PB |
| 114 | LUIZ FERNANDO FARIA | PP    | MG |
| 115 | LUIZ LAURO FILHO    | PSB   | SP |
| 116 | LUIZ SÉRGIO         | PT    | RJ |
| 117 | LUIZIANNE LINS      | PT    | CE |
| 118 | MAJOR OLIMPIO       | SD    | SP |
| 119 | MANOEL JUNIOR       | PMDB  | PB |
| 120 | MARCELO AGUIAR      | DEM   | SP |
| 121 | MARCELO SQUASSONI   | PRB   | SP |

|     |                                |       |    |
|-----|--------------------------------|-------|----|
| 122 | MÁRCIO MARINHO                 | PRB   | BA |
| 123 | MARCONDES GADELHA              | PSC   | PB |
| 124 | MARCOS ROGÉRIO                 | DEM   | RO |
| 125 | MARIA DO ROSÁRIO               | PT    | RS |
| 126 | MÁRIO HERINGER                 | PDT   | MG |
| 127 | MAURO PEREIRA                  | PMDB  | RS |
| 128 | MILTON MONTI                   | PR    | SP |
| 129 | MIRO TEIXEIRA                  | REDE  | RJ |
| 130 | MISAEEL VARELLA                | DEM   | MG |
| 131 | MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO       | DEM   | SP |
| 132 | MOEMA GRAMACHO                 | PT    | BA |
| 133 | MORONI TORGAN                  | DEM   | CE |
| 134 | MOSES RODRIGUES                | PMDB  | CE |
| 135 | NELSON MARQUEZELLI             | PTB   | SP |
| 136 | ONYX LORENZONI                 | DEM   | RS |
| 137 | ORLANDO SILVA                  | PCdoB | SP |
| 138 | OSMAR TERRA                    | PMDB  | RS |
| 139 | PASTOR EURICO                  | PHS   | PE |
| 140 | PAULÃO                         | PT    | AL |
| 141 | PAULO ABI-ACKEL                | PSDB  | MG |
| 142 | PAULO FOLETTO                  | PSB   | ES |
| 143 | PAULO HENRIQUE LUSTOSA         | PP    | CE |
| 144 | PAULO MALUF                    | PP    | SP |
| 145 | PAULO PIMENTA                  | PT    | RS |
| 146 | PEPE VARGAS                    | PT    | RS |
| 147 | POMPEO DE MATTOS               | PDT   | RS |
| 148 | PR. MARCO FELICIANO            | PSC   | SP |
| 149 | PROFESSORA DORINHA SEABRA REZE | DEM   | TO |
| 150 | PROFESSORA MARCIVANIA          | PCdoB | AP |
| 151 | RAQUEL MUNIZ                   | PSD   | MG |
| 152 | RAUL JUNGSMANN                 | PPS   | PE |
| 153 | REGINALDO LOPES                | PT    | MG |
| 154 | REMÍDIO MONAI                  | PR    | RR |
| 155 | RENATA ABREU                   | PTN   | SP |
| 156 | ROBERTO GÓES                   | PDT   | AP |
| 157 | ROCHA                          | PSDB  | AC |
| 158 | RODRIGO MAIA                   | DEM   | RJ |
| 159 | ROGÉRIO MARINHO                | PSDB  | RN |
| 160 | RÔMULO GOUVEIA                 | PSD   | PB |
| 161 | RONALDO BENEDET                | PMDB  | SC |
| 162 | RONALDO NOGUEIRA               | PTB   | RS |
| 163 | ROSANGELA GOMES                | PRB   | RJ |
| 164 | RUBENS OTONI                   | PT    | GO |
| 165 | RUBENS PEREIRA JÚNIOR          | PCdoB | MA |
| 166 | SÁGUAS MORAES                  | PT    | MT |
| 167 | SARAIVA FELIPE                 | PMDB  | MG |
| 168 | SARNEY FILHO                   | PV    | MA |
| 169 | SÉRGIO REIS                    | PRB   | SP |
| 170 | SIBÁ MACHADO                   | PT    | AC |

|     |                    |       |    |
|-----|--------------------|-------|----|
| 171 | SILAS FREIRE       | PR    | PI |
| 172 | SILVIO COSTA       | PTdoB | PE |
| 173 | SIMÃO SESSIM       | PP    | RJ |
| 174 | SUBTENENTE GONZAGA | PDT   | MG |
| 175 | TENENTE LÚCIO      | PSB   | MG |
| 176 | TEREZA CRISTINA    | PSB   | MS |
| 177 | TONINHO WANDSCHEER | PROS  | PR |
| 178 | VALMIR PRASCIDELLI | PT    | SP |
| 179 | VANDER LOUBET      | PT    | MS |
| 180 | VICENTE CANDIDO    | PT    | SP |
| 181 | VICENTINHO         | PT    | SP |
| 182 | VINICIUS CARVALHO  | PRB   | SP |
| 183 | WADIH DAMOUS       | PT    | RJ |
| 184 | WADSON RIBEIRO     | PCdoB | MG |
| 185 | WALTER ALVES       | PMDB  | RN |
| 186 | WELITON PRADO      | PMB   | MG |
| 187 | WEVERTON ROCHA     | PDT   | MA |
| 188 | WILLIAM WOO        | PP    | SP |
| 189 | WILSON BESERRA     | PMDB  | RJ |
| 190 | WOLNEY QUEIROZ     | PDT   | PE |
| 191 | ZÉ GERALDO         | PT    | PA |
| 192 | ZÉ SILVA           | SD    | MG |
| 193 | ZECA DIRCEU        | PT    | PR |
| 194 | ZECA DO PT         | PT    | MS |
| 195 | ZENAIDE MAIA       | PR    | RN |



**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
Seção de Legislação Citada - SELEC

**CONSTITUIÇÃO  
DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1988**

**PREÂMBULO**

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

.....

**TÍTULO VI  
DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO**

.....

**CAPÍTULO II  
DAS FINANÇAS PÚBLICAS**

.....

**Seção II  
Dos Orçamentos**

.....

Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

§ 1º Caberá a uma comissão mista permanente de Senadores e Deputados:

I - examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República;

II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões do Congresso Nacional e de suas Casas, criadas de acordo com o art. 58.

§ 2º As emendas serão apresentadas na comissão mista, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma regimental, pelo plenário das duas Casas do Congresso Nacional.

§ 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de

anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

- a) dotações para pessoal e seus encargos;
- b) serviço da dívida;
- c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e o Distrito

Federal; ou

III - sejam relacionadas:

- a) com a correção de erros ou omissões; ou
- b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4º As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 5º O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.

§ 6º Os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, nos termos da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º.

§ 7º Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta Seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§ 8º Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

§ 9º As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015, publicada no DOU de 18/3/2015, em vigor na data de publicação, produzindo efeitos a partir da execução orçamentária do exercício de 2014)

§ 10. A execução do montante destinado a ações e serviços públicos de saúde previsto no § 9º, inclusive custeio, será computada para fins do cumprimento do inciso I do § 2º do art. 198, vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015, publicada no DOU de 18/3/2015, em vigor na data de publicação, produzindo efeitos a partir da execução orçamentária do exercício de 2014)

§ 11. É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações a que se refere o § 9º deste artigo, em montante correspondente a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, conforme os critérios para a execução equitativa da programação definidos na lei complementar prevista no § 9º do art. 165. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015, publicada no DOU de 18/3/2015, em vigor na data de publicação, produzindo efeitos a partir da execução orçamentária do exercício de 2014)

§ 12. As programações orçamentárias previstas no § 9º deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015, publicada no DOU de 18/3/2015, em vigor na data de publicação, produzindo efeitos a partir da execução orçamentária do exercício de 2014)

§ 13. Quando a transferência obrigatória da União, para a execução da programação prevista no § 11 deste artigo, for destinada a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios, independerá da adimplência do ente federativo destinatário e não integrará a base de cálculo da receita corrente líquida para fins de aplicação dos limites de despesa de pessoal

de que trata o *caput* do art. 169. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015, publicada no DOU de 18/3/2015, em vigor na data de publicação, produzindo efeitos a partir da execução orçamentária do exercício de 2014)

§ 14. No caso de impedimento de ordem técnica, no empenho de despesa que integre a programação, na forma do § 11 deste artigo, serão adotadas as seguintes medidas:

I - até 120 (cento e vinte) dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública enviarão ao Poder Legislativo as justificativas do impedimento;

II - até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso I, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

III - até 30 de setembro ou até 30 (trinta) dias após o prazo previsto no inciso II, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei sobre o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

IV - se, até 20 de novembro ou até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso III, o Congresso Nacional não deliberar sobre o projeto, o remanejamento será implementado por ato do Poder Executivo, nos termos previstos na lei orçamentária. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015, publicada no DOU de 18/3/2015, em vigor na data de publicação, produzindo efeitos a partir da execução orçamentária do exercício de 2014)

§ 15. Após o prazo previsto no inciso IV do § 14, as programações orçamentárias previstas no § 11 não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos justificados na notificação prevista no inciso I do § 14. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015, publicada no DOU de 18/3/2015, em vigor na data de publicação, produzindo efeitos a partir da execução orçamentária do exercício de 2014)

§ 16. Os restos a pagar poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira prevista no § 11 deste artigo, até o limite de 0,6% (seis décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015, publicada no DOU de 18/3/2015, em vigor na data de publicação, produzindo efeitos a partir da execução orçamentária do exercício de 2014)

§ 17. Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias, o montante previsto no § 11 deste artigo poderá ser reduzido em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015, publicada no DOU de 18/3/2015, em vigor na data de publicação, produzindo efeitos a partir da execução orçamentária do exercício de 2014)

§ 18. Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015, publicada no DOU de 18/3/2015, em vigor na data de publicação, produzindo efeitos a partir da execução orçamentária do exercício de 2014)

Art. 167. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003)

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, 5º;

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

X - a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XI - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, *a*, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. (Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158, 159, I, *a* e *b*, e II, para prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

§ 5º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra poderão ser admitidos, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo, sem necessidade da prévia autorização legislativa prevista no inciso VI deste artigo. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015, republicada no DOU de 3/3/2015)

## FIM DO DOCUMENTO